

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS FAVELAS: ALGUNS DESDOBRAMENTOS ESTRATÉGICOS¹

Marília da Silva Paula Cruz*
Graduanda em Geografia pela UFRRJ
mariliaspcruz@gmail.com

RESUMO:

Neste presente trabalho venho elaborar um paralelo entre as contradições no espaço urbano do Rio de Janeiro, tendo, como área específica, o Morro da Babilônia. O foco principal é a observação de como, através de algumas políticas públicas implementadas dentro de favelas na verdade se desdobram em formas de expropriação e facilitação do espraiamento destas pessoas. A partir desta análise a ideia é compreender como o espraiamento sistêmico de pessoas (pobres) acirra as relações sociais no espaço partindo da ideia de que a cidade seria a concretização da estratificação social.

Palavras-chave: favela, políticas públicas, cidade

GT – “7”: “Produção do espaço urbano numa perspectiva crítica”

¹ Parte deste trabalho é síntese da monografia da autora, defendida em julho de 2019 pelo Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

*Graduanda em Geografia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, bolsista de extensão no projeto GEO-grafias realizado no Colégio Técnico da UFRRJ, criado e coordenado pela Prof^a. Dr^a. Geny Ferreira Guimarães.

INTRODUÇÃO

A constituição do que é cidade é ímpar na configuração, cada cidade tem sua especificidade e no Rio de Janeiro temos um cenário que transparece uma ideia de equilíbrio social, de leveza, de não-acirramento das desigualdades sociais, como se a distância entre os favelados e os moradores do asfalto fossem bem pequenas e, vejamos bem, em quase todos os registros das pessoas que conhecem o Rio de Janeiro o cenário envolve uma favela na paisagem.

A partir das mudanças ocorridas nas dependências do Morro da Babilônia, observamos caminhos passíveis de análises. Essas mudanças são de caráter eminente (no sentido de que, pelo processo tendem a se alargar cada vez mais), por esta visão é compreensível que cada vez mais pessoas de fora do Morro da Babilônia se interessem em frequentá-lo. Os estabelecimentos cada vez se moldam para isso: não só bares e albergues, mas também como exemplo a “1500 Babilônia”, uma galeria de fotografia inaugurada em 2014 por Alex Bueno e que tem relação direta com o filme “Orfeu Negro” (produzido por Marcelo Camus, 1959) que foi filmado no Morro da Babilônia (o que demonstra o poder da imagem). Este filme traz o mito grego de Orfeu e Eurides para o Morro da Babilônia durante o Carnaval. O filme é poético, imagético e metafórico servindo para disseminar a imagem do Brasil no exterior e disseminar as músicas brasileiras na Europa.

A cidade como caricatura (que é toda essa construção midiática, imagética) é bastante disforme, pois além de todas as definições expostas ainda tem no meio de sua caótica conformação a forma de esperança e de semente embrionária da transformação de vidas, para o lado positivo construção de racionalidades, uma essência do que seria a mudança de estereótipos, modificados para estereótipos urbanos. Hoje, as cidades se mostram como uma expressão não mais dessa urbanidade, mas sim, da barbárie social, agressão a essa antiga racionalidade. O que se busca no presente são as pequenas retomadas, pelos simbolismos e pela identificação com o conhecido, porém, nessa via de mão dupla da cidade como esperança e como degradação temos a cidade como condensação.

A condensação se torna rotineira, pois parte da abstração, compactação e categorização que fazem, parte do processo de condensação reflete a todas sensações que se imprimem sobre a cidade, que precisam ser utilizadas pois o grande bordão do setor terciário, não se vendem serviços e necessidades atendidas, isso qualquer outra empresa da área pode fazer, se vendem experiências.

Com a cidade vemos a mesma conformação, vendem-se as experiências, afinal a “cidade maravilhosa” é “maravilhosa” por ser aglutinadora, e bela pela disformidade.

Como exemplo recente, temos a produção da novela “Babilônia” (nome fictício) produzida e exibida pela Rede Globo em 2015, e que teve parte das filmagens no Morro da Babilônia. A novela foi exibida no horário das 21 horas (considerado nobre pelas emissoras) e a favela torna-se um dos núcleos centrais. Regina, interpretada por Camila Pitanga, é uma moradora do morro da Babilônia e boa parte da trama se passa no local. O que chama atenção é que, apesar de ser um dos núcleos principais, a favela e seus moradores são retratados superficialmente, com caracterizações clichês. A banalização do cotidiano e a sátira que comumente a acompanha leva um viés duplo, o positivo costuma criar um contraste entre a leveza das pessoas que moram na favela e banalização da convivência com o tráfico.

Ao mesmo tempo que coloca o foco na favela corrobora alguns discursos e práticas que são carregadas de preconceitos e diminuição da legitimidade das questões ligadas à favela, o Morro da Babilônia não escapa dessa comercialização, muito pelo contrário: a modificação de seu uso demonstra isso claramente.

Quando não nesse momento (de aceitação da exploração) a existência do pobre, do favelado se torna um enfado (necessário para a sociedade e o capital, mas ainda assim visto como um problema). Enfado esse que por meio de tais políticas públicas voltadas para a finalidade de “enxotá-los” para onde não serão vistos nem suas necessidades serão sanadas, as áreas esvaziadas são passíveis de serem adquiridas por alguma imobiliária que não muito depois as vendem por preços estratosféricos e ainda na mesma jogada concretizam suas necessidades.

Observando como resultado de projetos de (re)significação das favelas como um todo, as demonstrações da mudança do caráter da favela formado por novas abordagens nas imagens ligadas a ela, da expropriação de moradores das favelas (dando lugar a novos habitantes), temos um novo espaço em vias de se reconstituir, o uso do espaço “morro”, com toda sua nova estrutura sendo formada e bem recebida pelos novos moradores e pelos novos rentabilizadores do espaço.

Conseguimos compreender que, o capital com o auxílio do Estado tem seu desejo atendido, uma nova área pode ser rentabilizada. A partir deste ponto, observamos que o aumento do fluxo de pessoas, melhorias e novos serviços (bares, tabacarias, *hostels*, restaurantes) assim como, novas modalidades de moradias abrem uma espécie de nova chancela entre o espaço e seu uso.

O motivo social se torna cada vez mais bem-sucedido através da mudança de moradores, o que viabiliza e concretiza mudanças estruturais. Com os novos moradores novas necessidades, não é

novidade que, como próximo de uma das áreas mais bonitas do Rio de Janeiro, o Morro da Babilônia tem um privilégio concreto de localização.

O espaço urbano concretizado nesta lógica cada vez mais capitalizada/mercantilizada transfere parte de sua essência para o capital (este processo não é novo, a localidade sim) a recriação capitalista trabalha em cima do cotidiano a nível de percepção corroborado pelas nuvens de signos (que agem como indutores/respostas), se conectando a uma espécie de teia urbana/social diariamente na constante miríade que transpassa o cotidiano, desta forma acaba-se por exercemos um papel passivo frente a isso.

Ao observar uma foto da Zona Sul do Rio de Janeiro, percebemos partes de sua singularidade tanto de capitais investidos, nas áreas de asfalto (mais favorecidas pelo capital) que as áreas faveladas (novos locais de favorecimento do capital). As formas capitais de se produzir e reproduzir tomam formas bastante diferenciadas. Áreas de valorização e desvalorização dependem de fatores político-sociais, entretanto, a artificialidade com a qual certas localidades se tornam “atrativas”, criam parâmetros socioespaciais diversos.

A partir desta observação podemos compreender também que a mesma artificialidade que rege a distribuição do capital, também figura as formas de se lucrar com tal movimento. Existe uma demanda crescente de novas possibilidades não só dentro da cidade, como também dentro do morro, e não só pela quantidade de turistas, mas pelo aumento crescente de *hostels*, pequenas pousadas, bares e de pequenos comércios diferenciados. Essas observações podem ser feitas a partir de um simples caminhar pela favela. Essa alta concentração de possibilidades elencada pelo entranhamento do capital nas favelas impacta as lógicas locais trazendo o processo de mudança de favela como estrutura para favela como uso.

AS POLÍTICAS IMPLEMENTADAS E O DISCURSO

Em conformidade com a relação exposta, temos um viés de políticas públicas voltadas para as áreas faveladas como um todo e que são conhecidas pelo apelo de implantação das mesmas. Como exemplo, tivemos o Favela-Bairro, o projeto é uma política público privada que tem como escopo a “integração da favela com a cidade” (nesta visão, a favela representa algo informal e a cidade algo formal), nasceu de uma ação da Prefeitura do Rio de Janeiro, coordenado pela Secretaria Municipal de Habitação e financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o

programa implanta infraestrutura urbana, serviços, equipamentos públicos e políticas sociais nas comunidades beneficiadas.

O programa foi criado em 1995, integrado ao projeto Morar Carioca, em 2010, e aqui cabe um adendo. O programa Favela Bairro visava levar infraestrutura para as favelas, de alguma forma “modernizá-las” ou até mesmo “integrá-las” à malha urbana “oficial”. Já o programa Morar Carioca visava a construção e em seguida remoção das famílias para conjuntos habitacionais, promovendo abertamente um processo de gentrificação na cidade do Rio de Janeiro.

O projeto foi retomado em 2017², anteriormente, teve quatro fases previstas na seguinte ordem 1^a-idealização 1992 prefeito Marcello Alencar; 2^a-financiamento 1995-2000 prefeito Cesar Maia/Luiz Paulo Conde, aqui, houve uma subdivisão do programa por tamanho onde as favelas de porte médio foram a prioridade do programa. As pequenas foram alocadas para o Favela Bairrinho e as grandes para o Grandes Favelas, o critério para essa divisão foi a quantidade de lares, inferior à 500, entre 500 e 2.500 e mais de 2.500 (pequenas, médias e grandes respectivamente); 3^a- 2010-2016 prefeito Eduardo Paes; 4^a 2017-2020 Marcelo Crivella.

Além das obras de urbanização e infraestrutura, o programa está em sua 4^a fase. Nessa fase, previa-se que, até 2019, o Favela-Bairro, que contaria com investimentos de R\$ 300 milhões, iria beneficiar 16 comunidades e cerca de 40 mil famílias. Segundo a prefeitura, seriam gerados, aproximadamente, três mil empregos diretos e indiretos³.

Após as obras de urbanização, os imóveis das comunidades contempladas seriam legalizados, ou seja, seriam concedidos títulos de propriedade aos moradores. Além disso, estavam previstas melhorias no que tange à educação de jovens e adultos, programas de qualificação profissional e geração de renda, instalação de postos do Programa de Saúde da Família (PSF) e o Projeto Segurança Cidadã de combate à violência⁴.

As obras de urbanização e infraestrutura executadas pelo Favela-Bairro abrangem abertura e pavimentação de ruas; implantação de redes de água, esgoto e drenagem; construção de creches, praças, áreas de esporte e lazer; canalização de rios; reassentamento de famílias que se encontram em áreas de risco; contenção e reflorestamento de encostas; construção de marcos limítrofes para

² Esta e outras informações (incluindo as fases do projeto) estão disponíveis em:
http://www0.rio.rj.gov.br/habitacao/favela_bairro.htm. Acessado em junho 2019.

³ Esses dados eram expectativas, porém estes números até o presente momento não foram atualizados.

⁴ As metas ainda não foram atualizadas, impedindo assim a análise concreta sobre os objetivos atingidos.

evitar a expansão; e reconhecimento de nomes de ruas, logradouros e Código de Endereçamento Postal (CEP).

O planejamento envolvia a interação com os moradores das localidades, onde deveria haver uma conversa que esclarecesse dúvidas, e que diria como seria o passo a passo do projeto. Tudo isso fez com que o Favela-Bairro fosse reconhecido como um dos mais conceituados programas sociais de urbanização em áreas carentes, pelo BID projeto modelo e exemplo de políticas públicas no combate à pobreza e à miséria. Desde o início do programa, em 1994, no Favela-Bairro I e II foram investidos US\$ 600 milhões, resultantes de dois contratos assinados nos anos de 1995 e 2000 com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, cada um no valor de US\$ 300 milhões, sendo 180 milhões do BID e 120 milhões da Prefeitura. Paralelamente à transformação urbana, o Favela-Bairro implantou programas sociais de atendimento à criança e ao adolescente e de geração de trabalho e renda.

O programa foi indicado pela ONU, no Relatório Mundial das Cidades 2006/07, como um exemplo a ser seguido por outros países. O Favela-Bairro também foi escolhido entre os melhores projetos do mundo apresentados na Expo 2000, em Hannover, na Alemanha, maior evento internacional do final do milênio. O prêmio permitiu ainda que o Favela-Bairro use a logomarca do evento – Expo 2000 Hannover, *Registered Project of the World Exposition Germany* –, uma espécie de selo de qualidade e reconhecimento internacional.

As propagandas com a chegada do projeto eram muito incisivas em retratar o antes e depois do poder público, a felicidade, a calma em transitar no dia a dia pelas favelas.

Favelas essas que agora eram reconhecidas como bairros, como locais seguros. Carros poderiam acessar com mais fluidez e facilidade, um projeto milionário, que demandou muito tempo e investimento dando frutos tão positivos é algo a se olhar com carinho. Principalmente, chamou muito atenção pois, (res)significava o que é favela, pelo menos no imaginário coletivo.

Retira-se parte do peso dos estigmas colocados sobre as favelas e dá a elas um visual (imagem) mais calmo, simples, familiar. Percebemos a visão de humanos que foram colocados na favela, dando civilidade aos indivíduos, como se voltassem a ser cidadãos de fato. Com essa política vimos a mudança de infraestrutura e em algumas localidades a chegada da mesma – básica. A favela começa a se tornar algo apreciável conforme essas mudanças são feitas e devidamente filmadas, transmitidas para a sociedade. Note-se que, em quase todas as imagens, vemos uma viatura da polícia; não que não deva haver policiamento, mas a sensação que passa é de controle, como um sinal de que “estamos de olho nos favelados, podem vir sem medo”.

O objetivo central era de fato melhorar a vida das pessoas com a implantação desta política? Talvez, mas o uso social dela se mostrou eficaz, mostrar para os não favelados que viver em uma favela-bairro era possível e digno. Nada mais simples do que começar a seletivizar os moradores destas localidades. Não é desconhecido que quanto mais infraestrutura mais caro é a habitação, nesse trecho que se encontra no livro “Manuscritos econômico-filosóficos” traduzido por Jesus Ranieri pela editora Boitempo no capítulo que se intitula “Renda da Terra”, Marx deixa isso claro: “(...) I VIII I Vejamos agora como o proprietário fundiário explora todas as vantagens da sociedade.

- 1) A renda da terra aumenta com a população, conforme Smith, t. i, p. 335.
- 2) Já ouvimos de Say como a renda da terra aumenta com as estradas-de-ferro etc., com a melhoria, segurança e a multiplicação dos meios de comunicação (...)

Temos a visão de Marx sobre a renda da terra como paralelo primeiramente no quesito de produção de alimentos e matéria prima em geral mas podemos fazer o mesmo recorte com as áreas urbanas uma vez que, as mesmas têm um mecanismo parecido no tocante à implantação de infraestrutura que independe do proprietário.

Trabalhando com a perspectiva de que, para a nossa sociedade, o pobre e suas mazelas devam estar longe dos olhos, quando observamos a questão fundiária no Rio de Janeiro, nos debruçamos sobre um bom material que ratifica boa parte da nossa observação da lógica capitalista. A cidade é gestada pelo capital de diferentes maneiras, e notemos como essa gestão, com a implantação de políticas serve ao capital de forma sólida.

O Morro da Babilônia tem suas próprias características e isso é inegável, mas uma característica em específico é partilhada com outras favelas do Rio de Janeiro: promessas não cumpridas de melhorias de infraestrutura. O Morro da Babilônia, infelizmente, tem seus próprios projetos de melhoria inacabados e/ou abandonados. O programa intitulado Morar Verde veio como promessa em 2010 e com o objetivo de urbanizar todas as favelas do Rio de Janeiro até 2020, e esse projeto deveria ser um dos legados das obras para as Olimpíadas de 2016. O projeto feito pela Secretaria

Municipal de Habitação teve investimento de investindo R\$ 43 milhões. Amplamente divulgado, ganhou espaço também na mídia internacional.⁵

O projeto previa construções ecologicamente corretas adaptadas para deficientes e idosos, era pioneiro no tocante ao uso de energia solar através de placas solares e pelos materiais utilizados na construção dos prédios e da pavimentação. O programa abrangia a Babilônia e seu vizinho Morro Chapéu-Mangueira e a ideia era manter os moradores removidos de áreas de risco dentro da própria comunidade, evitando assim os grandes transtornos decorridos da transferência de localidades.

Algumas ressalvas precisam ser feitas, os projetos não chegavam à uma conclusão e sendo assim, obras que se iniciaram em um projeto acabaram sendo integradas a outros (numa espécie de sobreposição de nomes) o que gera uma falsa ideia de aumento de áreas beneficiadas. Apesar de todas as promessas vinculadas ao projeto, inclusive uma que não podemos deixar de recordar, que era a relação de gestores do projeto com a comunidade para no fim, a execução atender as demandas dos moradores⁶. Essa era a ideia, porém, existem relatos de moradores que, mesmo tentando não conseguiram estabelecer esse diálogo. As urgências foram identificadas (áreas de maior risco de deslizamentos) porém as obras não foram focadas nas necessidades urgentes, e sim, no visual, como em arquitetura verde e painéis solares.

Após tentativas de estabelecer um diálogo concreto se tornarem falhas, os moradores, organizados pela Associação de Moradores da Babilônia, cobraram explicações da Prefeitura e, como resposta, tiveram um posicionamento, no mínimo, meticuloso, uma proposta individual, cada família receberia, individualmente um posicionamento da Prefeitura, ato que já foi amplamente divulgada em outros casos de tentativa de remoções. Não tratando do coletivo, mas sim do individual, enfraquecendo a ação do discurso dos representantes de associações de moradores.

Em meio às denúncias um relato reportado à *RioOnWatch* (fomentadora sem fins lucrativos de reportagens que tenham favelas e seus moradores como enfoque) chama atenção, a moradora Marcia Sales e sua família que havia sido removida de sua casa por estar em área de risco na Babilônia foi contemplada pelo aluguel social e deveria se mudar para o bairro carioca de Santa Cruz, distante 70 km da Babilônia, enquanto aguardava pelo apartamento do programa Morar

⁵ Para outros dados e maiores informações: <http://www.rio.rj.gov.br/web/smhc/conheca-o-programa>. Acessado em junho 2019. Ainda em: <https://medium.com/morar-carioca>. Acessado em junho 2019.

⁶ Para mais relatos: <https://rioonwatch.org.br/?p=19204>. Acessado em junho 2019.

Carioca. Márcia ainda relatou que estava sendo ameaçada pela prefeitura de perder o direito do aluguel social se ela não concordasse em ir para Santa Cruz.

IMPACTO DAS POLÍTICAS NO TERRITÓRIO

As formas de coerção do Estado invadem vários níveis, a comumente relatada é a da violência do Estado através da polícia, esta invade os noticiários e ganha um aspecto de cotidianidade. Porém, outras formas de coerção, como a que relatamos no parágrafo anterior, demonstra que o Estado, por mais que negue, coage os cidadãos em posição de inferioridade social.

A pressão política por meio da documentação, manifestação pública e utilização do momento do Rio de Janeiro no contexto de sede das Olimpíadas de 2016 ainda assim não foram suficientes para, enfim, finalizarem as obras do Morar Carioca, que foi abandonado sem mais explicações por parte da prefeitura, deixando os moradores sem compreender se haverá novas etapas do projeto⁶.

As trajetórias de mudanças ocorridas nas favelas por meio do Estado são inúmeras e a questão fundiária este presente de forma complexa, o direito à moradia faz parte da cidadania e o Estado de alguma forma devia facilitar nessa questão.

Como já foi mencionado anteriormente, o modelo de urbanização do Rio de Janeiro sempre teve as favelas como parte constituinte, essas favelas centrais fazem contraponto com as tentativas de remoção dos pobres, pois demonstram que os mesmos persistem em não abdicar de pelo menos o direito à moradia, do direito à existência. Tendo essas avaliações, conseguimos referenciar e interpretar o artigo de Manuel Ribeiro, urbanista e arquiteto que escreve para o jornal impresso “*Le Monde Diplomatique* Brasil” no volume 129, julho de 2017 sobre essa questão. A configuração da cidade como ela é se torna uma expressão no âmbito urbano da dívida brasileira, entre 2013 e 2014, as políticas mudam drasticamente findando um momento de melhora de infraestrutura e abordando um caráter regularização fundiária com o argumento de “assegurar a moradia dos pobres”, momento este que se imbrica com o aparente fim do projeto Morar Carioca, o que ajuda a fundamentar a visível mudança do caráter das políticas públicas.

⁶ Uma das bandeiras do projeto seria a participação dos moradores de forma maciça, contribuindo e chamando atenção para o que seria relevante mudar dentro do projeto, mas na realidade o projeto chegou fechado e o diálogo pouquíssimo houve, disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=19204>. Acessado em junho 2019.

Com isso, o RGI (Registro Geral de Imóveis) tornou-se mais importante do que saúde, educação, segurança e tudo o mais que faltava nas favelas, deixando claro que não é intenção deste trabalho determinar as nuances superiores da implantação desta política em detrimento da anterior pois visa em grande parte colocar os favelados que em posse de algo formalmente poderiam adentrar no mundo capitalista por via de crédito tendo com o que garantir os meios de como quitá-lo.

Partindo disto, podemos observar que as áreas impactadas por tal processo de regularização, em suma, foram as das favelas centrais, demonstrando que o uso desta regularização veio, em parte, para beneficiar terceiros e não os moradores. Vejamos: com RGI o morador pode abrir uma linha de crédito, uma vez que possui algo para dar de garantia. Pode vender e alugar a casa, ou seja, pode se inserir na lógica do capital de maneiras diversas, mas principalmente sob a renda da terra.

Observemos que estes loteamentos diferem de outros não só pela localização (principalmente os bem no centro das cidades, em bairros nobres como o Morro da Babilônia) e outros mais afastados e em áreas ainda irregulares, ou seja, interfere na dinâmica com o entorno. O impacto da política pública não foi no sentido de afeição e do direito do morador à moradia, mas sim no uso e desdobramento desta política que já estava em voga antes mesmo de ser implementada pois utilizaram uma necessidade (posse da terra) como desculpa para um passo dado em favor do capital.

As favelas centrais são bastante densas, precárias e inseridas em áreas muito valorizadas enquanto que em áreas periféricas com menos diferenciação com o entorno influencia diretamente no valor agregado à renda da terra. A localização ainda interfere na lógica da análise pois se observamos uma área mais afastada dos centros as consequências de tal política e regulamentação fundiária seriam menores e menos impactantes no sentido que a individualização e mudança em área específica como por exemplo na Estrada de Madureira, em Nova Iguaçu (RJ), atualmente, onde se têm uma grande mudança local e construção de condomínios de origem recente demonstra que esse tipo de impacto, de troca de moradores e de novas lógicas de uso, circulação e consumo já que as rendas mais altas estão mais para o centro próximo que seria Nova Iguaçu. Nesse caso, a implantação de um novo shopping na região contribuiu para a dinamização da malha capitalista para a localidade.

Já nas favelas centrais, é necessário ter mais afinco e cuidado com a análise, uma vez que o valor da renda se dá principalmente por algo não palpável, no caso de favelas como Vidigal, Rocinha, Alemão, Santa Marta e o próprio Morro da Babilônia, com suas belas vistas tanto do mar como do

pôr do sol e da própria cidade, este fator pode acabar interferindo diretamente no uso da política de individualização dos lotes para a regulamentação. Veja, se os moradores podem regularizar partes de lotes e fazer com eles o que bem quiserem, incluindo vendê-los, tais terrenos são colocados nas mãos dos incorporadores que têm meios de reformar completamente estas áreas, transformando em locais exclusivos da alta renda, assim, de lote em lote estes incorporadores (tanto empresários como redes imobiliárias) impactam grandemente as localidades.

As pessoas que se inserem em classe média/alta não adquirem imóveis sem RGI (o que demonstra o uso social desta política), com a ausência de vias abertas (vejam que as vielas dos morros não permitem acesso de carros, obviamente uma tática para dificultar o acesso de automóveis). A questão é que para viabilizar a entrada desses novos moradores nas favelas é necessário mudar a forma da mesma, torná-la mais apreciável e demonstrando que a mesma lhe serve muito bem, de várias maneiras; logo, podemos imaginar que as táticas de criação e alargamento das vias nas favelas como meio para melhorar o combate ao crime organizado como prática é um discurso falacioso, pois o Complexo da Maré tem vias bem organizadas, mas o tráfico continua instalado.

Essas vias nas favelas centrais passando pelo alargamento das ruelas e vielas modifica não só a estrutura das favelas como o conteúdo, o uso; destruindo não só uma estrutura de ocupação que dá base física ao exercício do papel que cada favela desempenha no drama urbano carioca. Esses papéis é que dão razão de ser a essas favelas e provêm de uma dinâmica peculiar que as articula com a cidade formal, neste jogo de cidade formal/informal as pessoas se espremem, aglutinam e principalmente vivem.

As localidades que passaram pelo processo indiscriminado de abertura de vias nos atuais eixos de circulação de pessoas onde se localizam os pontos de encontro e as lojas comerciais e de serviços, destruiria a base física que dá suporte aos papéis referidos, na prática eliminaria a base econômica existente e prejudicaria a convivência social. Propriedades individuais regularizadas em localizações com vistas deslumbrantes certamente criariam condições favoráveis para a remoção por tabela, de suas populações, abrindo espaço ao processo de reorganização do espaço nessas áreas.

No disposto da Medida Provisória n. 759/2016, que permite que assentamentos urbanos sejam “regularizados” sem a dotação de infraestrutura anteriormente exigida na Lei Federal n. 6766/1979, acaba permitindo que a ação do Estado se dê de forma fragmentada. Essas mudanças são especificamente brutais quando observamos que a mudança das populações originais por

outras de maior renda radicaliza a dinâmica centro x periferia que tem como um dos parâmetros o preço da terra e coloca que os mais pobres devem ocupar as margens da cidade, sem infraestrutura e equipamentos sociais. No Rio de Janeiro, ainda que o modelo se concretize em sua totalidade e as pessoas de fato saiam das favelas para essas áreas mais afastadas, estarão se recolocando na mesma situação que dá início a todo o processo.

Dando vazão a todos esses fatos, fica muito claro que os usos e desdobramentos das políticas públicas são de fato dadas por arranjos superiores dentro da política e que a mesma (a política) à brasileira e do mundo que, inserido no contexto econômico atual (que está em busca de uma expansão mais acentuada) e que, para isto leva esses eixos supostamente inferiores para uma dinamização mais intensa. Não lhes causa estranhamento que as mudanças de percepções sobre o urbano sejam colocadas em pauta em momentos de embate? Em momentos em que tentamos (res)significar a sociedade como um todo? Isso não é uma coincidência, a política e o capital são expressões humanas (desumanas?) E a sociedade é a maior das expressões humanas, esses movimentos ocorrem na sociedade da mesma forma que o capital ocorre no espaço, não de forma equilibrada, mas sim disforme. E como consequência temos os ecos que varrem e perpassam todas as camadas sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desta explanação, podemos compreender um pouco melhor como tem se dado (por este processo ainda estar em movimento) este novo momento do uso de algumas favelas cariocas, principalmente a de áreas centrais como é o caso do Morro da Babilônia. Podemos concluir que para este movimento acontecer foi necessária uma conjunção entre uma péssima imagem passada principalmente através dos meios de comunicação de massa e pelo senso comum imbuído ainda, de preconceitos; com uma necessidade de espraiamento da população marginalizada cotidianamente que lá reside.

Para esta mudança de paradigma foi necessário não só uma atuação do capital, mas do Estado, através de políticas públicas para assim, haver uma melhoria estrutural e conseqüentemente uma maior valorização das regiões afetadas pelo processo de criação capitalista do espaço. Essa configuração permitiu assim, a criação de novos usos para os espaços e dentre eles o Morro da

Babilônia se insere, através de novas rentabilidades, frequentadores e principalmente de um esforço para a criação de uma nova imagem, urbana, exótica, pulsante.

As localidades que passaram e passam por este movimento não ficam alheias ao processo e normalmente fazem movimentos de resistência, como a organização dos moradores, vídeos de denúncia, visitas aos representantes da prefeitura, chamam atenção da mídia de massa. Muitas vezes até conseguem alcançar alguns objetivos específicos, porém isso não faz com que todo o processo pare uma vez que o mesmo se dá em etapas, algumas destas etapas se dão anos depois do início. Grande parte desses movimentos é o de salientar por meio de ações culturais, de criação e explanação de conteúdo dentro da própria favela, a desmistificação de seu cotidiano e etc.

Rotineiramente fala-se de favela no Rio de Janeiro, a grande questão é como se fala. Infelizmente, situações que poderiam ser evitadas acontecem, como foi o caso do dia 8 e 9 de abril, causando estragos por toda cidade, porém na Babilônia a sirene (dispositivo da defesa civil que toca quando a chuva tem potencial de se agravar e causar perigo à segurança) não tocou. O atual prefeito da cidade do Rio de Janeiro não fez nenhum investimento para a drenagem da cidade o que poderia ter evitado mortes.

Quando o problema envolve segurança pública existe a ação comum, enviar o chamado “caveirão” (veículo blindado assemelhado aos tanques). Essa normatização do terror, aliados ao preconceito e a desumanização infelizmente produz situações alarmantes, mas que infelizmente caem na rotina carioca.

Este não é um caminho sem volta, como forma de burlar um sistema que sucessivamente busca a invisibilização destas pessoas. Ainda existe uma válvula de escape: as parcerias com universidades, a ampliação de projetos sociais, as mídias locais que cada vez mais vêm ganhando seguidores e pessoas dispostas a auxiliar sua divulgação, e nesse sentido é bom esclarecer que por serem locais e terem pouco investimento a alcance se dá por outros meios como o compartilhamento em mídias sociais privadas, por exemplo.

Contudo, é necessário ressaltar a importância de veículos para dar peso as suas declarações e criações, como é o caso de sites como Voz das Comunidades e RioOnWatch, que trabalham em parceria/com criadores locais. A divulgação de espaços culturais também é importantíssima para o desenvolvimento local e para rebater o discurso de que na favela não existe cultura. Os avanços dessas formas de resistência apontam para a mesma direção, a de que morar é um direito que não pode simplesmente ser negado; não só faz parte da Constituição como também o direito de ir e vir.



A especulação imobiliária tem papel crucial para essa discussão e também para determinar as áreas em que o capital pode começar a agir novamente. Essa organização não só dá força e apoio para as manifestações e resistências de favelas de vários lugares como também auxiliam as informações a alcançarem cada vez mais pessoas.

REFERÊNCIAS

BESSA, Eliane da Silva; Fialho, Valéria; Laino, Carolina Franco Neto; Oliveira, Bárbara Boy. Favela e Preservação de Áreas Verdes na Cidade do Rio de Janeiro: É Possível Coexistirem? **Revista Científica "anap Brasil"**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 12, p.42-56, dez. 2015. Semestral. Disponível em: <file:///C:/Users/Diogenes/Downloads/1137-2285-1-SM%20(4).pdf>. Acesso em: 27 jun. 2019.

ENCONTRO DA ANPAP, 24, 2015, Santa Maria. **Apropriações Imagéticas dos Espaços Urbanos**. Santa Maria: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015. 16 p.

Gentrificação, a Fronteira e a Reestruturação do Espaço Urbano. São Paulo: Geosp, n. 21, 2007. Daniel de Mello Sanfelici.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2001. Carlos Szlak.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991. Alcides João de Barros.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito À Cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001. 141 p. Rubens Eduardo Frias.

MAIA, Lorene. **UPP Social no PPG: um jogo de letras: (Unidade de Política Pública Social no Pavão-Pavãozinho e CantaGalo: análise de um Programa Social)**. 2018. 134 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2018.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico Filosóficos**. 4. ed. São Paulo: Boitempo, 2010. Jesus Ranieri.

SANTOS, Aline Mendonça dos; CARNEIRO, Vanderson Gonçalves. O movimento da economia solidária no Brasil: uma discussão sobre a possibilidade da unidade através da diversidade. **E-cadernos Ces**, [s.l.], n. 02, p.1-17, 1 dez. 2008. OpenEdition. <http://dx.doi.org/10.4000/eces.1260>. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/eces/1260>>. Acesso em: 27 jun. 2019.

SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS, 2, 2016, Rio de Janeiro. **Um Tour Pela Expansão das Fronteiras da Favela Turística**. Rio de Janeiro: Urb Favelas, 2016. 14 p. Disponível em: 1880



<<http://www.sisgeenco.com.br/sistema/urbfavelas/anais2016/ARQUIVOS/GT4-223-194-20161013181156.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2019.

SOUZA, Jessé de. **A Elite do Atraso: da Escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017. 239 p.